

ÁREAS PROTEGIDAS DE FRONTEIRA E TURISMO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA: ENTRE O SURREALISMO E A INVENÇÃO

MARTA DE AZEVEDO IRVING¹

Resumo

O presente trabalho visa contribuir para a discussão da perspectiva do Turismo Sustentável em áreas protegidas de fronteira, na Amazônia brasileira, a partir do olhar sobre os parques nacionais Montanhas de Tumucumaque e Cabo Orange, que configuram e materializam, em sua dinâmica, o encontro de duas lógicas distintas de desenvolvimento, uma vez que se situam em área de fronteira com a Guiana francesa e, ilustram a complexidade de uma região ultraperiférica da Europa e da América Latina, que gradualmente passa a compor o imaginário coletivo, por sua importância geoestratégica, no âmbito da diplomacia contemporânea e, em especial, com relação à Convenção da Diversidade Biológica.

Palavras-chave: parques nacionais, fronteira, turismo sustentável, Amazônia.

Abstract

The present work aims to contribute to the discussion of the approach of Sustainable Tourism in protected areas in the Brazilian Amazon border, from the case of Montanhas de Tumucumaque e Cabo Orange National Parks, which illustrate, directly, the challenges and conflicts between two different logics of development in the Amazon region, at the border of French Guiana, an "ultra-peripheral" region of the European Union and the Latin America that gradually increases in importance in the global imagination, for its geostrategic importance linked to the contemporary diplomacy, and, in special, with the framework of the Biodiversity Convention.

Key Words: National parks, border areas, sustainable tourism, Amazon Region.

1. Introdução e Pressupostos

A utilização da base de recursos renováveis para uso turístico se constitui em tema central, no contexto de ecossistemas tropicais, em países emergentes (ou em vias de desenvolvimento), nos quais, a demanda por inclusão social representa foco central de políticas públicas e, também, a garantia de manutenção de integridade de patrimônio natural, de importância global. Essa afirmação é ainda mais significativa para os países de megadiversidade biológica, nos quais as estratégias de conservação estiveram, historicamente, dissociadas da perspectiva de desenvolvimento regional.

Nesse contexto, os parques nacionais emergem como pontos focais para o desenvolvimento turístico e veículos potenciais de inclusão social, principalmente em países como o Brasil, ainda distantes das estatísticas mundiais de turismo, apesar de sua condição de país de importante liderança no âmbito da Convenção da Diversidade Biológica. Esta afirmação ganha ainda um significado mais expressivo, no âmbito das políticas públicas e sua articulação progressiva para a redução das desigualdades sociais. No momento, a Diretoria de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente, empreende esforços para a elaboração do

Plano Nacional de Áreas Protegidas que, em seus princípios norteadores, busca compatibilizar a conservação do patrimônio natural e a inclusão social. Da mesma forma, um esforço conjunto dos Ministérios de Turismo e de Meio Ambiente, finaliza e revisão das Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo (EMBRA-TUR/IBAMA, 1994) e coloca em evidência as Unidades de Conservação e a participação da sociedade como focos prioritários para atuação futura.

Atualmente, no Brasil, existem 55 parques nacionais, e este englobam aproximadamente 17.631.180 hectares.² (IBAMA, 2005), distribuídos por todas as regiões do país, com elevada representatividade dos diferentes ecossistemas regionais. No entanto, o processo de criação de parques nacionais (e, a conseqüente demanda de gestão), induzido pelo momento político brasileiro e pelas pressões internacionais, não foi acompanhado de uma estratégia equivalente de inclusão social, ou mecanismos de participação da sociedade na discussão de políticas públicas de proteção da natureza, o que acabou por consolidar uma cisão evidente sociedade-natureza, causa provável de grande parte dos conflitos relacionados à existência de áreas protegidas no Brasil. No entanto, apenas poucos são utilizados efetivamente para uso turístico e, a maioria encontra-se ainda "em fase de implantação". Assim, os parques nacionais, apesar de seu valor

¹ Pesquisadora e Professora do Programa Eicos/IP/UFRJ. Trabalho realizado com apoio inicial da CAPES, do Museu de História Natural de Paris e, da DAP/SBF/MMA para as atividades de campo.

² Para esta análise, não são consideradas terras indígenas ou quilombolas, por estas não serem constituintes do SNUC.

como patrimônio natural de impacto global, contribuem ainda muito pouco como pontos focais para o desenvolvimento regional, a economia local e a inclusão social.

Destes parques, cinco estão diretamente em área de fronteira do Brasil, na Amazônia e, significativamente distantes dos mercados emissores tradicionais: PN da Serra do Divisor, PN do Pico da Neblina, PN Monte Roraima, PN do Cabo Orange, PN Montanhas de Tumucumaque, sendo os últimos dois de importância central para o diálogo ético do turismo entre América Latina e Europa, na Amazônia. Esta região, de grande impacto no imaginário coletivo, representa um atrativo patrimonial e simbólico, sem precedentes, a ser, certamente, capitalizado pelo turismo regional, a médio e longo prazos.

Becker (2005) assinala o significado geopolítico da Amazônia, como valorização ecológica de “dupla face”, em termos de sobrevivência humana e capital natural, sobretudo água e megadiversidade, num contexto progressivo de mercantilização da natureza, ao que ela denomina “mercado da vida”. Segundo a autora, a Amazônia pode ser interpretada como um eldorado da contemporaneidade, capital de realização atual e futura e, o único a pertencer, em sua maior parte, a um só Estado Nacional. Esta afirmação se sustenta em alguns argumentos e revela algumas tendências:

O novo valor atribuído ao potencial de recurso naturais confere à Amazônia o significado de fronteira do uso científico-tecnológico da natureza e, em sintonia com a política de formação de grandes blocos supranacionais, revela a necessidade de pensar e agir na escala da Amazônia sul-americana” (p. 33-34)...

Enquanto espaço geográfico, territorial, a valorização estratégica da Amazonia decorre do novo significado por ela adquirido, o de um duplo patrimônio: o de terras propriamente dito, e o de imenso capital natural. Na representação simbólico-cultural, o valor da região está condicionado pela centralidade que tem hoje no mundo a biodiversidade e a sustentabilidade da Terra. (p. 35).

Assim, pensar o planejamento turístico para a região focal de inserção dos parques nacionais Montanhas de Tumucumaque e Cabo Orange (percebidos em seu conjunto com as demais áreas protegidas do Estado do Amapá e da Guiana Francesa), se constitui num exercício complexo e, ainda, surrealista e abstrato de projeção de cenários, numa região de “ultraperiferia” amazônica (MASTEAU, 1997). Esta região, em processo de “transe silencioso” (IRVING, 2005), no qual o território se transforma, de maneira imperceptível para os distantes centros de decisão, adquire uma nova representação no plano global pelo valor estratégico do patrimônio natural (notadamente a base de recursos hídricos e de biodiversidade), e emerge, como potencialidade, para um novo modelo de integração amazônica.

Nesse contexto, o turismo, surge como uma projeção distante na economia local, como uma possibilidade remota no mundo globalizado mas se materializa como um apelo, sem precedentes para a reflexão acadêmica e para a possibilidade de distribuição de benefícios pelo uso da natureza, segundo a concepção e os compromissos centrais da Convenção da Diversidade Biológica³. Se expressa também, de maneira progressiva como justificativa recorrente no discurso político regional, sob forte pressão pela integração regional e pelas demandas de desenvolvimento, como mito e alternativa para a redenção regional, em contraposição aos mecanismos convencionais de uso e ocupação de solo na Amazônia.

Mas em que escala e, de que maneira, pensar o turismo em Unidades de Conservação tão diversificadas ecologicamente, de elevado significado para a biodiversidade global, mas ainda não efetivamente implantadas, distantes dos centros urbanos e não competitivas na lógica de mercado internacional? Como refletir sobre planejamento turístico num espaço protegido em que o aces-

so representa ainda uma aventura imprevisível e atraente a poucos e, que, não é sequer “reconhecido e apropriado” pelos brasileiros, nem mesmo residentes em sua área de inserção? Que pressupostos éticos deveriam antecipar a emergência do turismo regional?

Para o salto ainda surrealista sobre planejamento turístico, neste caso, algumas questões permanecem ainda sem resposta: Em que bases pensar o turismo em áreas protegidas de uso indireto na Amazônia, tendo como fundamento a integração regional? Qual a abordagem desejada para o turismo em áreas protegidas de fronteira? Qual o Estado da Arte do processo de gestão destes parques e quais as suas implicações em cooperação internacional? Como as políticas públicas pretendem construir uma estratégia regional para a gestão da biodiversidade e o desenvolvimento regional, uma vez que os ecossistemas amazônicos são contínuos e transcendem as fronteiras políticas?

Algumas dessas questões foram discutidas por Irving (2002a e 2005), tendo como ponto focal os desafios, conflitos, as potencialidades e restrições para a gestão da biodiversidade em áreas protegidas e, em particular, nos espaços para a cooperação transfronteiriça Brasil-França, na Amazônia. Na verdade, o tema da gestão da biodiversidade regional constitui ainda um desafio de contornos indefinidos, o que tende a dificultar seriamente as iniciativas de planejamento turístico, principalmente em função da complexidade envolvida em ecossistemas contínuos envolvendo minimamente 3 países (Brasil, França e Suriname), sujeitos e distintos arcabouços legais e institucionais e lógicas diversificadas, na interpretação de conservação de patrimônio natural e cultural.

Com base neste contexto previamente avaliado, o presente trabalho, de caráter exploratório, pretende contextualizar o turismo, numa perspectiva de projeção de cenários tendo, como focos centrais de análise,

³ Para este trabalho, o maior foco de análise estará dirigido à dinâmica do turismo no Estado do Amapá e sua interação com a Guiana Francesa.

os parques nacionais de fronteira do Estado do Amapá, em suas potencialidades e interfaces com a Guiana Francesa, tendo em vista as políticas públicas, a dinâmica regional e, as demandas futuras, na lógica de um território “em efervescência silenciosa”.

A pesquisa foi desenvolvida entre maio de 2004 e julho de 2005, simultaneamente no Brasil e na França, com base em pesquisa documental e bibliográfica, entrevistas dirigidas a interlocutores selecionados (pesquisadores, gestores de espaços protegidos e políticos dos dois países), questionários dirigidos aos diretores de parques, análise de folheteria turística e pesquisa de campo⁴.

2. Parques nacionais Montanhas de Tumucumaque e Cabo Orange

A contextualização preliminar dos dois parques está apresentada a seguir. No entanto, é importante mencionar que as informações sobre a área em questão são ainda limitadas e estão dispersas em alguns sites especializados e muitas publicações e documentos são de acesso limitado. As informações a seguir apresentadas foram levantadas, principalmente, nos sites do Ministério de Meio Ambiente (2004a), do IBAMA (2004), e na consulta a alguns veículos de comunicação e entrevistas realizadas em campo, sistematizadas e discutidas em Irving (2005). Embora localizados numa mesma região geográfica, os dois parques tem características ecológicas bastante distintas e, ilustram um gradiente da linha de fronteira entre sistemas marinhos e costeiros e áreas interiores de floresta tropical densa mas estão sujeitos progressivamente a fortes pressões com relação ao uso dos recursos renováveis.

2.1. Caracterização do Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque

O PNMT⁵, criado por Decreto s/n, publicado no Diário Oficial de 23 de agosto de 2002, é a maior área protegida do mundo em floresta tropical e possui uma área de 3.867.000 ha. Está localizado predominantemente na região noroeste do Estado do

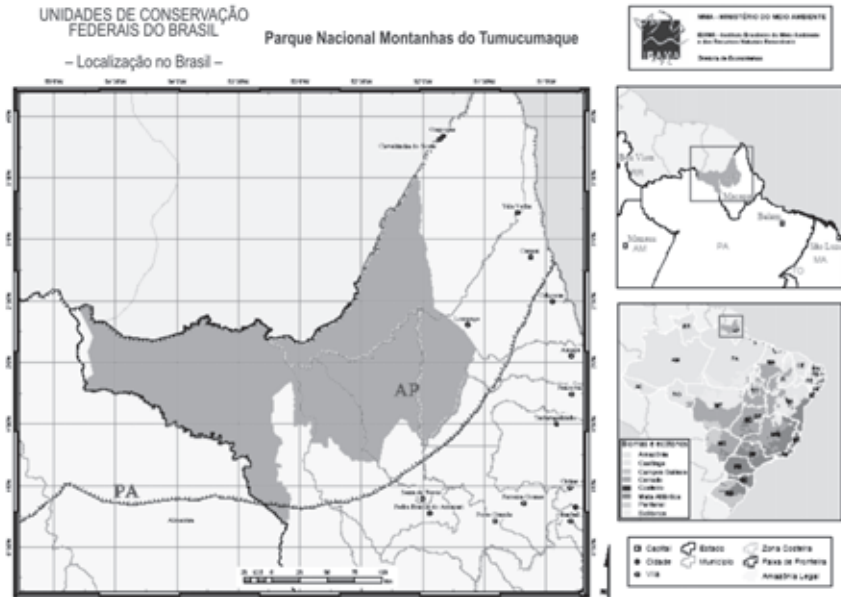


Figura 1: Contexto de Localização do Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque

Amapá, tendo também parte de sua extensão no Estado do Pará e faz fronteira com a Guiana Francesa e o Suriname (figura 1).

A região de inserção do PNMT se caracteriza por clima quente e úmido, dominada pela floresta tropical densa. Ela abriga também as nascentes dos principais rios do Amapá, como o Oiapoque, o Jari e o Araguari. Com relação ao patrimônio natural, o PNMT se caracteriza por uma elevada riqueza florística e faunística e uma significativa diversidade de habitats, uma das potencialidades de maior relevância para o desenvolvimento turístico, em geral, e para a pesquisa científica, em particular.

Entre as espécies de fauna podem ser mencionados grandes carnívoros como a onça (*Panthera onca*) e a sussuarana (*Puma concolor*) e primatas raros como o caxiu (*Chiropotes satanas*) de população muito reduzida em outras regiões. Pássaros como as macaws (*Ara chloroptera* e *Ara ma-*

cao), marianinhas (*Pionites melanocephalata*, jacus (*Penélope marail*), beija-flor brilho de fogo (*Topaza pela*), e grandes pássaros frutívoros da copa da floresta, tais como o Anambé-militar (*Haematoderus militaris*), o pássaro-boi (*Perissocephalus tricolor*) e o Gainambé (*Procnias alba*) são abundantes nas florestas bem conservadas da região. Entre as espécies da flora podem ser citadas a maçaran-duba, maparajuba, cupiúba, jarana, mandiqueira, louros, acapu, mata-matás, faveiras, abioranas, cedrorana, pracachi, piquá, tachi, entre outras (IBAMA, 2004)

A importância ecológica do PNMT é reforçada ainda por este se inserir num imenso corredor de biodiversidade, ligando toda a face oeste do Estado do Amapá até o nordeste do Pará, que proporciona a interligação de diversas áreas protegidas, a grande maioria em ecossistema de floresta densa. O parque é ainda a peça maior em um mosaico de unidades de conservação que recobre mais de

⁴ A continuidade da pesquisa está prevista no âmbito do Programa Eicos/IP/UFRRJ e dos projetos de cooperação Brasil-França para a Gestão da Biodiversidade e Desenvolvimento Regional, em fase de construção entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Museu Nacional de História Natural de Paris (MNHN), a Escola Nacional de Altos Estudos de Paris (EHESS) e, a Diretoria de Áreas Protegidas do Ministério da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Meio Ambiente do Brasil.

⁵ De acordo com o dispositivo do Artigo 1º do documento legal, “o parque tem como objetivo específico assegurar a preservação de recursos naturais e da diversidade biológica, bem como proporcionar a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação, de recreação e turismo ecológico”. (Lei 9985/2000).

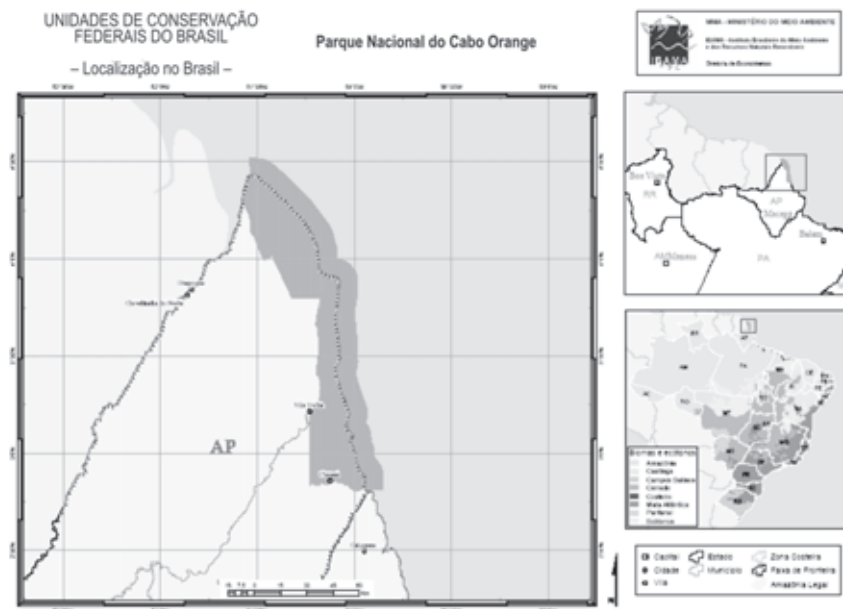


Figura 2: Contexto de Localização do Parque Nacional de Cabo Orange

50% da área do Estado do Amapá. Sem estradas e isolado de qualquer grande concentração urbana, o parque está praticamente intocado, a não ser por alguns focos isolados de garimpo e pela presença do núcleo populacional de Vila Brasil.

O parque situa-se numa região despovoada, exceção à Vila Brasil, único núcleo populacional contido dentro dos limites do Parque. No entanto, em seu entorno, há ocorrência de garimpos. Em seu interior, foram identificadas, pelo IBAMA, 25 pistas de pouso clandestinas⁶, algumas ainda ativas. As atividades de caça e exploração irregular de madeira, até o momento, não constituem um problema maior para a fiscalização.

Não existe acesso rodoviário ao parque, uma vez que as estradas existentes são precárias e não chegam aos seus limites. Sem estradas, e isolado de qualquer grande concentração urbana, o parque está praticamente intocado, a não ser por alguns garimpos e pelo núcleo urbano de Vila Brasil. Também não há no local infraestrutura turística de porte mas, com a perspectiva de finalização do plano de Manejo, a área poderá ser aberta à visitação em 2006/2007 e um investimento nesse setor será essencial para o desenvolvimento turístico regional.

2.2. Parque Nacional do Cabo Orange

O PNCO foi criado pelo Decreto nº 84.913 de 15.07.1980, está localizado no Estado do Amapá, nos municípios de Calçoene e Oiapoque⁷ e possui uma área de 619.000 ha, com fronteira direta com a Guiana francesa (figura 2).

O clima da região é tropical, quente e úmido, com 3 meses de baixa precipitação pluviométrica. As temperaturas médias anuais situam-se entre 24 a 26° C., e o nível pluviométrico entre 1750 e 2000 mm anuais.

Em contraste com os ecossistemas predominantes no Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque, o Parque Nacional do Cabo Orange tem função primordial na preservação de manguezais e de campos de planície do Amapá e pertence à unidade de relevo Planície Fluvio-Marinha Macapá-Oiapoque, que se constitui de áreas planas, na faixa de terrenos quaternários, formados por sedimentos argilosos, siltosos e arenosos de origem mista, fluvial e marinha. O parque protege uma grande extensão de mangue (uma faixa marítima a 10 Km de largura da costa) e ecossistemas terrestres, além de favorecer a educação ambiental e a pesquisa.

A vegetação se caracteriza predominantemente por espécies do mangue como a siriúba (*Avicenia nitida*), o mangue-vermelho (*Rhizophora mangle*) e o mangue-amarelo (*Laguncularia sp.*). Os campos da planície do Amapá têm a cobertura vegetal abundante de gramíneas ciperáceas. São encontrados o buriti (*Mauritha flexuosa*), mururés (*Eichornia sp.*), canaranas (*Echinoa sp.*) e o capim-arroz.

A fauna local é rica e diversificada e abriga várias espécies de tartaruga, o peixe-boi (*Trichechus inunguis*), bem como a avifauna, que merece destaque por ser o litoral amapaense o último reduto de várias espécies anteriormente encontradas em todo o litoral brasileiro, entre elas o guará (*Eudocimus ruber*) e o flamingo (*Phoenicopterus ruber*).

O PNCO, diferentemente da maioria dos parques nacionais brasileiros, possui 92% de sua área total regularizada. No entanto, alguns conflitos e pressões sobre os ecossistemas locais são observados em função de pioneiros na ocupação da região, que possuem fazendas no entorno. São também registrados incêndios, invasões, atividades de pecuária, agricultura, caça, pesca, desmatamentos, mineração e erosão no interior da área do Parque. É importante também ressaltar a existência de moradores dentro do parque e conflito com criadores de búfalos. A relação da administração com os moradores da Borda Sul (remanescentes de quilombo, reconhecidos pela Fundação Palmares) tem sido pacífica mas com a comunidade de Cunani (extrativistas) há problemas de solicitação de área, no limite sul do parque. Não há conflitos diretos entre o parque a área indígena a oeste. Na localidade de Taperebá, os conflitos existem com pescadores que vem do exterior⁸.

2.3. A importância histórica e cultural do território na lógica da disputa

O território, que atualmente abriga os dois parques está associado a um percurso histórico da mais alta

⁶ Informação obtida em reunião com o IBAMA em Macapá, em agosto de 2004.

⁷ O acesso é feito através da BR-156, ou por rede fluvial (Rio Caciporé). De Oiapoque (670 Km da capital) por via marítima, é possível chegar a Vila Taperebá que fica na área do Parque.

⁸ Informações obtidas em questionário dirigido à equipe IBAMA/Parque Nacional de Cabo Orange.

importância, na lógica da construção de identidade do Brasil e da França na região amazônica e, esse registro é apenas, marginalmente, conhecida pela população dos dois países. Estes parques representam, portanto, não apenas um registro de patrimônio ambiental de importância global mas também uma memória, a ser resgatada, não pelo ângulo da disputa de território, mas por sua face simbólica e multifacetada, de sobreposição de influências culturais e étnicas, que cria uma paisagem singular, de difícil reprodução no espaço amazônico. Estas influências reproduzem duas realidades distintas, que trazem à reflexão o diálogo norte-sul ou ainda, os desafios de um espaço geográfico que concentra, simultaneamente, em toda a complexidade, a reflexão ética sobre o (des)envolvimento.

Este território representa o resultado do balanço de forças, entre diversos países, desde os tempos remotos da descoberta do continente americano até a época recente da República no Brasil. O percurso histórico recua desde a disputa entre portugueses e espanhóis e, a assinatura imprecisa do Tratado de Tordesilhas, passando pelas iniciativas dos demais países europeus em ocupar a Amazônia brasileira, até a disputa direta entre França e Brasil pela soberania do território, entre o Amazonas e o Oiapoque. Confronto político finalizado apenas em 1900, por um Tratado de Arbitragem, decidido na Suíça, que estabeleceu, no plano internacional, os limites definitivos de fronteira, reafirmando a base do Tratado de Utrecht. Estudos detalhados sobre o tema são apresentados em Masteau (1997) e Sarney *et al.* (2003), entre outros pesquisadores.

Evidentemente que a dimensão histórica é extremamente complexa e afeta, até os dias atuais, a dinâmica do território e a paisagem cultural de fronteira e merece um capítulo à parte na caracterização dos dois parques em questão, uma vez que amplifica a sua importância e transcende a interpretação apenas centrada no discurso sobre a biodiversidade. No território dos parques e seu entorno, diversos são os registros históricos e as influências recíprocas entre Brasil e França, o que pare-

ce contribuir para um cenário peculiar na dinâmica amazônica, pouco estudado e negligenciado nos textos tradicionais, que merece um olhar de pesquisa mais aprofundado. Cabe ainda enfatizar que o valor histórico da região poderá representar um diferencial de alta atratividade turística para a região, em estratégias futuras de desenvolvimento, uma vez que integra um resgate identitário para os dois países e envolve, complementarmente, a história do Suriname e todas as suas interfaces com o contexto atual da União Européia.. Com o objetivo de contribuir para a visibilidade desta dinâmica, o Quadro 1 apresenta, resumidamente, alguns dos marcos históricos que poderiam inspirar roteiros turísticos para a região. A resultante do modo de ocupação do território é decorrente do valor estratégico atribuído historicamente ao patrimônio natural e da integração progressiva de bases culturais distintas e, envolve, de maneira evidente, um processo gradual de troca entre etnias e civilizações, de difícil reprodução em território amazônico.

2.4. A gestão dos parques como tema central ao desenvolvimento turístico

O processo de criação dos dois parques materializa uma história de decisões centralizadas e, evidentemente conflitos, que, apenas recentemente, começam a ser negociados entre diferentes esferas do Poder Público. Com relação ao processo de gestão e sua utilização para fins turísticos, os parques não dispõem ainda de Planos de Manejo consolidados. No caso do PNMT, uma parceria com a Conservation International e o Exército, tem apoiado expedições para levantamento de flora e fauna, que subsidiarão a caracterização ecológica do parque e a elaboração futura do Plano de Manejo, previsto para ser concluído em 2006. Da mesma forma que o Plano de

Manejo, o Conselho Gestor, previsto pelo SNUC, com caráter consultivo, encontra-se ainda em formação e consolidação.⁹ O esforço, no momento, pela direção do parque, tem sido sensibilizar lideranças da região, no sentido de uma configuração mais definitiva e atuante do conselho. Com o novo conselho empossado e, as informações de flora e fauna e, dados sócio econômicos levantados, o Plano de Manejo poderá ser discutido construído, participativamente e, a área aberta à visitação, teoricamente, a partir de 2006/2007.

Da mesma maneira, embora o PNCO tenha sido criado em 1980, não dispõe ainda de Plano de Manejo, em fase de planejamento e realização pelo Projeto ARPA. O Conselho Gestor encontra-se também em fase de implantação e consolidação.¹⁰ Não há visitação em processo de rotina, embora já tenham sido iniciados testes de visitação orientada com grupos oriundos de Caiena e, no momento, encontra-se em fase de discussão um Projeto de Turismo Integrado entre o Parque Nacional de Cabo Orange e o Parque Regional Natural da Guiana, ambos contíguos na linha de fronteira.

No entanto, para o planejamento turístico, considerando o Plano de Manejo, (associado ao Plano de Uso Público) essencial não apenas como documento técnico mas como instrumento norteador de planos e programas, qualquer iniciativa para o desenvolvimento turístico no interior do parque, só poderá ser idealizada, na prática, a partir de 2007, numa previsão realista. Se esta restrição impede o desenvolvimento de estratégias turísticas de curto prazo, ela representa também uma oportunidade ímpar para o planejamento de longo prazo, capaz de antecipar impactos e maximizar benefícios sociais e ambientais. Talvez este seja um dos diferenciais mais interessantes na perspectiva de planejamento turístico para os parques nacionais

⁹ Um primeiro conselho havia sido criado, de maneira arbitrária, aparentemente sem qualquer representatividade, vinculação ao parque ou lógica de participação social no processo de tomada de decisão.

¹⁰ A composição prevê as prefeituras locais, Exército de Fronteira, Batalhão Ambiental (Polícia Militar), Associação Comercial, Colônia de Pescadores (Taperebá), Representantes dos Cuninami (Quilombos), FUNAI, APIO (Povos Indígenas do Oiapoque), AGN (Associação Galibi-Warmorno Indígena), Assentamento de Caçipore e Assentamento de Vila Velha (Assentamento do INCRA), criadores de gado, comunidades locais, Associação Ambiental, Pegadas do Oiapoque (ONG), IEPA (Instituto do Estado de Pesquisa do Amapá), IESA (Instituto de Estudos Socioambientais), INCRA, Associação de Catraeiros (transporte fluviais).

PERÍODO	EVENTOS MARCANTES
1479-1494 As disputas entre Portugal e Espanha e a França se inserem no “campo de batalha” anteriormente à Descoberta do Brasil (De Alcaçovas a Tordesilhas)	<ul style="list-style-type: none"> • Época da expansão marítima europeia e liderança de Portugal e Espanha na busca do caminho marítimo para as Índias; • Tratado de Alcaçovas (1479) e Bula do papa Xisto IV(1484) garantem à Coroa portuguesa as terras descobertas no Atlântico no avanço a oeste mas em 1492 Cristóvão Colombo chega à América. • Em 1493 o Papa Alexandre VI/ Cardeal Alexandre Bórgia concedem à Espanha as ilhas e terra firme que viesse a descobrir. A 2ª InterCoetera considera espanholas as terras além do meridiano a 100 léguas a oeste de Açores e Cabo Verde (limite impreciso). Fica garantido a D. João II as terras já descobertas pela expansão portuguesa até 1492; • Em 1494 é assinado o Tratado de Tordesilhas entre Espanha e Portugal. A diplomacia portuguesa consegue “avançar” a linha de 100 léguas para 370 léguas a oeste de Cabo Verde mas permanecem imprecisas as especificações para a medida de léguas utilizadas e nem se especifica qual das ilhas de Cabo Verde seria utilizada como referência, o que ilustra a falta de exatidão do acordo. • Na época, França e Holanda não reconhecem os direitos estabelecidos no acordo e não aceitam ser excluídas do acesso às novas terras descobertas, iniciando também um esforço em sua expansão marítima e os franceses chagam ao litoral brasileiro em busca de pau-Brasil
1555-1567 (Da França Antártica à expulsão da Baía de Guanabara)	<ul style="list-style-type: none"> • Em 1555 é fundada a França Antártica e os franceses chegam à Baía de Guanabara como resultado da fuga dos huguenotes à perseguição religiosa; • Em 1567 ocorre a expulsão dos franceses, por Estácio de Sá, da Baía de Guanabara e esses passam a se dirigir ao litoral norte da América do Sul, mas o trecho de fronteira entre o Brasil e a Guiana é somente ocupado no século XVII
1605-1697 de La Ravardiére, aos novos interesses europeus rumo à tentativa francesa de conquista do Rio Amazonas	<ul style="list-style-type: none"> • Em 1605 Henrique IV nomeia La Ravardiére seu representante nas regiões da América, do Rio Amazonas até a Ilha de Trindade e algumas colônias são estabelecidas, a partir de então, entre os atuais Estados da Paraíba e do Maranhão, onde foi criada a França Equinocial (1612) e a cidade de Louisville (atualmente São Luís do Maranhão) • Os franceses são expulsos da região pelas tropas portuguesas que passam a se instalar também na foz do Amazonas, a partir da idéia de ocupação fortalecida pela União Ibérica (1580-1640) • Os reis Jaime I (Inglaterra) e Luis XIII (França) ignoram as regras vigentes e doam terras a seus súditos entre os rios Essequibo e Amazonas • Em 1626 é fundada a primeira colônia francesa na Amazônia, à margem do rio Sinamari e esta é transferida, em 1634, para a ilha de Caiena e Caiena passa a ser a sede da colônia, dando posteriormente origem à Guiana Francesa • Em 1637, para conter o avanço dos franceses na região, Felipe IV doa a Manuel Parente a capitania de Cabo Norte (Atual Amapá), com limites um pouco mais a interior, entre a foz do Rio Amazonas e o Rio Oiapoque. • Em 1656 Caiena é ocupada pelos neerlandeses dos Países Baixos. • Em 1664 Caiena retorna ao controle dos franceses. Em 1667 Caiena é incendiada pelos ingleses e reocupada pelos franceses. Em 1674, Caiena é reconquistada pelos holandeses. • Em 1676, os holandeses são expulsos pelos franceses e Caiena se torna definitivamente possessão francesa e, os franceses ocupam a região até o rio Maroni, limite com a Guiana Holandesa à oeste, na Serra de Tumucumaque, onde já estavam os portugueses pleiteando que suas terras fossem até o Oiapoque. • Em 1697, por ordem de Luis XIV, uma expedição parte de Caiena e chega até o forte de Macapá, com o objetivo de domínio francês até o Rio Amazonas mas os franceses são expulsos no mesmo ano por Antonio Albuquerque, Capitão do Estado do Maranhão
1700-1797 (A discussão de fronteira entre França e Portugal na fase inicial)	<ul style="list-style-type: none"> • Em 1700, um Tratado Provisório assinado em Lisboa, neutraliza o território em disputa, um reflexo também da aproximação entre os países, em função da situação política e econômica na Europa, mas este é anulado posteriormente como resultado da guerra da sucessão na Espanha. • Em 1713, os diversos países envolvidos na disputa assinam o Tratado de Utrecht e, num dos acordos firmados, a França renuncia ao atual Amapá, passando a ser considerado, assim, território português, as terras às duas margens do Rio Amazonas, no domínio denominado Cabo Norte, entre os rios Amazonas e Vincente Pinzon (hoje, Oiapoque). Esse contexto assegurava assim, somente ao Brasil a navegação e uso do Amazonas e a metade meridional das Montanhas de Tumucumaque. A partir de 1720, a estratégia francesa passa a ser colocar em dúvida a localização geográfica do Rio Oiapoque. • Em 1797, em função da expansão napoleônica, o Governo Português faz concessão à França e assina um tratado estabelecendo o limite da Guiana Francesa no Rio Calçoene, entre o Oiapoque e o Araguari

Quadro 1: Principais Marcos do Histórico da Disputa de Fronteira na Região

(continua)

PERÍODO	EVENTOS MARCANES
<p>1801-1815 (A disputa entre França e Portugal no território e os reflexos da derrota de Napoleão)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Em 1801 com o Tratado de Badajoz, Portugal concorda com a fronteira no rio Araguari e, em seguida, pelo Tratado de Madri, a fronteira francesa avança até o rio Carapanatuba que deságua no estuário do rio Amazonas. No ano seguinte, o Tratado de Amiens, entre França e Espanha reestabelece a fronteira no Rio Araguari. • D. João, Príncipe Regente de Portugal (já refugiado no Brasil), no entanto, declara nulos todos os atos pós-Utrecht, sob a alegação de que estes teriam sido resultantes de força. Ordena assim a ocupação da Guiana, chegando em 1808 até a linha divisória do tratado de Utrecht (Oiapoque). • Em 1809, as tropas portuguesas atravessam o rio e marcham até Caiena, dominando-a; • Em 1815, logo após a derrota de Napoleão, o Ato Final do Congresso de Viena objetiva a restauração da paz européia e estabelece a restituição do território da Guiana, até o Oiapoque, à França, ratificando, portanto, o Tratado de Utrecht.
<p>1822-1900 (A disputa entre o Brasil independente e a França pelo território até a sentença arbitral na Suíça)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Em 1822, a independência brasileira gera novos impasses geopolíticos com relação à perspectiva dos territórios de fronteira e, a base administrativa do país, na Amazônia, será a Província do Grão Pará. • A França, no período, continua a fomentar suas estratégias expansionistas nas Américas. • Em 1834, Warden (Instituto da França e Sociedade de Geografia de Paris) insere uma falsa latitude na Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil, elaborado pelo Padre Manuel Aires de Casal, pela qual o rio Oiapoque “passava a ser” o rio Araguari. O mesmo publica um livro afirmando que a fronteira entre o Brasil e a França era o rio Amazonas, caracterizando assim a “ofensiva científica” da França; • Em 1836, conforme o tratado de Amiens, tropas francesas ocupam o território brasileiro até o rio Araguari, o que gera um grande movimento político na capital do Brasil (Rio de Janeiro). O Governo brasileiro recorre à diplomacia britânica, à qual não interessa a expansão francesa na Amazônia. • Em 1840, o Governo Francês ordena a evacuação do território ocupado (considerado neutro). A partir da década de 50, o Brasil reforça suas ações para a integração do espaço amazônico. • Entre 1842 a 1853 as negociações para o estabelecimento dos limites de fronteira entre os dois países fracassam mas são reestabelecidas em 1853, pela França. • Em 1855, ocorre uma Missão Especial brasileira a Paris e se restringe a navegação e o comércio no rio Amazonas (apenas liberada em 1866), apesar da pressão internacional. • Em 1857, Joaquim Caetano da Silva apresenta na Sociedade de Geografia de Paris, a defesa da soberania brasileira com documento específico e mapas. Em 1861, essa defesa é publicada na França num livro intitulado: “L’Oyapoc et l’Amazone: Question brésilienne et française” • Em 1886, uma iniciativa inesperada de aventureiros franceses estabelece a fundação da République de Cunani, entre os rios Araguari e Oiapoque, com nomeação de um presidente e todo eventual aparato legal • Em 1889, a proclamação da República do Brasil cria uma nova ótica na política externa com o Barão de Rio Branco, personagem estratégica da política e da diplomacia e este prepara em 1895, a “Memória Justificativa dos Direitos do Brasil”, na controvérsia de fronteira com a Guiana Francesa. A tensão de fronteira nessa época passa a mobilizar a opinião pública na França e no Brasil • Em 1897, o Ministro da França no Rio de Janeiro, S. Pichon, assina com o novo ministro das relações exteriores do Brasil, General Dionísio Cerqueira, o Compromisso Arbitral, atribuindo-se a função de juiz ao presidente do Conselho Federal Suíço, que deveria declarar se o rio “Japoc ou Vincent Pinçon” (citado no Tratado de Utrecht) era efetivamente o rio Oiapoque (posição brasileira) ou Araguari (posição francesa) • Em 1900 (1º de dezembro) é proferida a sentença arbitral em favor do Brasil, em conformidade ao que estava estabelecido em Utrecht: • I. “Conformement au sens précis de l’article 8 du Traité d’Utrecht, la rivière Japoc ou Vincent Pinçon est l’Oyapoc qui se jette dans l’Ocean immédiatement à l’ouest du Cap d’Orange et qui par son thalweg forme la ligne frontière » • II. “A partir de la source principale de cette rivière Oyapoc, jusqu’à la frontière hollandaise, la ligne partage des eaux du bassin des Amazones qui, dans cette région, est constituée dans la presque totalité par la ligne de faîtes des monts Tumuc-Humac, forme la limite intérieure ».

Fonte: Doratioto, F.F.M. (2003).

Obs: As informações resumidas refletem a leitura brasileira sobre a lógica da disputa de fronteira.



MESTRADO EM ANÁLISE REGIONAL
O primeiro da sua categoria no Estado da Bahia



Pedra Branca do Amapari	9495 km ² , Criado em maio/1992 IDH: 0,625 PNMT	4009 hab (0,42 hab/km ²)	Principais Atrativos: Áreas Extensas de Florestas, cachoeiras, Serra de Tumucumaque, Área indígena Waiãpi Principais Comunidades: Abacate, Cachorrinho, Centro Novo, Cachaço, Jornal, Pedra Branca, do Amapari, Sete Ilhas, Tucano I e Tucano II
Oiapoque	22625 km ² Criado em maio/1945 IDH: 0,737 PNMT e PNCO	12886 hab (0,56 hab/km ²)	Principais Atrativos: Parque Nacional Cabo Orange, Reserva Indígena Uaçá (Caripuna, Galibi e Palikur), Festival do Caju, Cachoeira de Grand Roche, Clevelândia do Norte Principais Comunidades: Sede, Clevelândia do Norte e Vila Velha do Cassiporé,
Serra do Navio	7757 Km ² Criado em Maio/1992 IDH: 0,743 PNMT	3293 hab (0,42 hab/km ²)	Principais Atrativos: Trilhas Ecológicas, Passeio Fluvial, Hotel Serra do Navio Principais Comunidades: Água Branca, Arrependido do Amapari, Cachaço do Amapari e Serra do Navio.
Laranjal do Jari	30996 km ² Criado em dezembro de 1987 IDH: 0,733 PNMT	28 515 hab (0,91 hab/km ²)	Principais Atrativos: Festival da Castanha do Brasil, Cachoeira de Santo Antonio, Resex do Rio Cajari, Área Indígena Waiãpi Principais Comunidades: Sem Informação
Calçoene	14296 km ² Criado em dezembro/1956 IDH: 0,688 PNMT e PNCO	6730 hab (0,47 hab/km ²)	Principais Atrativos: Ruínas Históricas de Cunani, Distrito de Lourenço, Rio Calçoene, Praia do Goiabal Principais Comunidades: Calafate, Carnot, Cunani, Goiabal, Lourenço.

Quadro 2: Municípios do Amapá associados à área dos PNMT e PNCO (Área, população, IDH, Principais Atrativos e Comunidades)

Fontes: www.amapa.net (Consulta em fevereiro 2005), www.Frigoletto.com.br/GeoEcon/menuecon.html (consulta em fevereiro 2005), PNMT: Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque. e PNCO: Parque Nacional do Cabo Orange.

Montanhas de Tumucumaque e Cabo Orange e sua região de inserção.

Um tema central para a gestão e, futuramente, para o desenvolvimento de circuitos turísticos regionais, diz respeito à limitação de recursos humanos nos dois parques. As equipes do IBAMA são extremamente reduzidas e, embora estejam efetivamente engajadas no processo de inclusão social para a gestão, dispõem de poucos recursos e meios efetivos para responder a uma demanda cotidiana elevada e crescente, em termos de compromissos e ações de campo.

2.5. Contextualização sócio econômica regional

Os dois parques inserem-se num conjunto total de 5 municípios do Estado do Amapá (Pedra Branca, Serra do Navio, Laranjal do Jarí, Oiapoque e Calçoene) e um município do Pará (Almerim) Estes municípios estão apresentados, em termos de data de criação, população, densidade demográfica e IDH no Quadro 2.

A economia local se baseia no setor primário e de serviços. No entanto, em alguns casos, como no município de Oiapoque, o comércio ga-

na dimensões mais importantes e estabelece uma dinâmica distinta, de relação direta com a Guiana Francesa. De maneira geral, a agricultura de subsistência, a criação de gado, a pesca, a exploração florestal e mineral constituem a base da economia local. A infraestrutura turística é praticamente inexistente e, o turismo, não constitui ainda elemento significativo para a economia regional, apesar da riqueza do patrimônio natural e cultural da região.

Um tema fundamental para discussão, com relação à gestão da biodiversidade regional e ao planejamento turístico, diz respeito à temática indígena e sua integração às estratégias de desenvolvimento e conservação de recursos renováveis. Nesta coexistem diversos grupos indígenas, alguns dos quais, em ambos os lados da fronteira com a Guiana Francesa e, portanto, submetidos a um enquadramento legal e institucional distinto. Segundo Gallois e Grupioni (2003) são inúmeras as etnias indígenas no norte do Amapá. Os Galibi Marwono ocupam a Terra Indígena Uaçá e a Terra Indígena Juminã. Os Palikur ocupam as margens do rio Urukawá, afluente do Uaçá (Terra Indígena Uaçá), os Karipuna, as Terras Indígenas Uaçá, Juminã e Galibi do Oiapoque e, os Galibi do Oiapoque, a Terra Indígena Galibi do Oiapoque. No noroeste do Amapá os Waiãpi ocupam a Terra Indígena Waiãpi. Próxima ao PNMT há também a Reserva Indígena de Tumucumaque.

O Ibama inaugurou recentemente um escritório/base de apoio para o parque Nacional de Tumucumaque em Serra do Navio, município adotado como porta de entrada para o parque estão em fase de discussão duas bases de apoio em Oiapoque e Vila Brasil.

Na perspectiva regional, no entanto, a área dos parques e seu entorno já se configuram, sutilmente, como cenário estratégico para a cooperação transfronteiriça com a Guiana francesa sob a ótica da gestão da biodiversidade, do desenvolvimento regional e, a médio e longo prazos, a partir dos circuitos turísticos integrados.

REGIÕES	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
ÁFRICA	21.801	24.024	22.752	25.229	18.933	23.187	23.747	40.959	41.297	34.503	36.352	30.564	32.490
AMÉRICA CENTRAL	6.819	7.926	6.838	10.281	13.482	18.571	19.047	31.503	33.739	22.630	20.929	21.285	21.754
AMÉRICA DO NORTE	144.246	161.104	132.112	188.141	254.566	406.265	459.553	607.852	647.809	744.270	693.238	752.404	790.652
AMÉRICA DO SUL	700.339	1.100.722	1.128.409	1.158.830	1.306.063	1.405.583	1.520.367	2.030.101	2.961.094	3.036.309	2.417.526	1.462.191	1.532.234
ÁSIA	27.352	32.730	26.148	42.862	58.879	98.771	83.906	95.590	104.701	99.847	103.908	80.864	83.785
EUROPA	314.531	349.971	311.863	407.972	509.153	671.152	791.684	1.144.599	1.227.835	1.305.674	1.430.724	1.373.256	1.567.708
OCEANIA	5.547	5.679	4.146	5.587	7.966	10.867	11.322	26.102	25.369	21.944	23.486	26.276	27.146
ORIENTE MÉDIO	5.932	7.288	6.145	8.501	12.168	17.532	19.049	29.735	33.567	25.825	26.178	27.835	29.362
NÃO ESPECIFICADO	1.809	2.634	2.725	5.898	10.206	13.590	11.075	31.643	31.158	22.601	20.234	8.725	5.459
TOTAL	1.228.178	1.692.078	1.641.138	1.853.301	1.991.416	2.665.508	2.849.750	4.838.084	5.197.169	5.313.463	4.772.575	3.783.400	4.090.590

Quadro 3: Entrada de turistas no Brasil, segundo regiões de residência permanente

Fonte: Ministério do Turismo (Embratur), - Dados de 2002 revisados.

MESES	Total	Turismo	Negócios	Convenções	Outros
Total	26.778	5.331	13.956	1.587	5.904
Janeiro	1.617	197	878	43	499
Fevereiro	1.863	256	1.137	55	415
Março	1.771	431	895	77	368
Abril	2.045	213	998	118	716
Mai	2.396	225	1.203	201	767
Junho	1.444	197	787	135	325
Julho	2.682	552	1.299	146	685
Agosto	2.625	838	1.344	149	294
Setembro	2.563	889	1.433	65	176
Outubro	2.563	1.166	1.108	134	155
Novembro	2.993	236	1.361	337	1.059
Dezembro	2.216	131	1.513	127	445

Quadro 5: Hóspedes nacionais e estrangeiros registrados nos meios de hospedagem do Amapá segundo o motivo de viagem - 2001

Fonte: Ficha Nacional de Registro de Hóspedes (<http://www.seplan.ap.gov.br/>)

3. Estatísticas de Turismo no Brasil e a Perspectiva do Amapá

De acordo com o Anuário Estatístico da Embratur de 2004 (Ministério de Turismo/EMBRATUR, 2004), o Brasil recebeu, em 2003, 4.090.590 turistas estrangeiros, dobrando o número de visitantes recebidos em 1995. Ainda assim, as estatísticas de 2003 foram inferiores aos anos de 1998 até 2001, nos quais se registrou, em média, cinco milhões de visitantes ao ano. (Dados resumidos segundo as regiões de residência permanente no Quadro 3).

Ainda segundo a mesma fonte, a receita cambial gerada pelo turismo internacional no Brasil foi de US\$

3.385.967, no ano de 2003, demonstrando um crescimento de 8% em relação ao ano anterior, com evidente tendência ao crescimento nos próximos anos.

Quanto à origem, em 2003, os turistas europeus (1.567.708 visitantes), representaram o contingente mais representativo, principalmente Alemanha, Portugal, França e Itália. Em segundo lugar, o país foi visitado por turistas sul-americanos (1.532.234 visitantes) e, em seguida, norte americanos (790.652), asiáticos (53.785), sendo 50% desse mercado proveniente do Japão.

No mesmo ano, as cidades mais visitadas foram: Rio de Janeiro (36,9%), São Paulo (18,5%), Salvador

	1998	1999	2000	2001
Total	9.143	20.711	21.056	26.778
Janeiro	665	1.307	1.469	1.617
Fevereiro	905	1.596	1.674	1.863
Março	664	1.611	1.541	1.771
Abril	952	1.816	1.779	2.045
Mai	503	1.582	1.788	2.396
Junho	981	1.802	1.726	1.444
Julho	833	1.759	1.663	2.682
Agosto	787	1.823	1.776	2.625
Setembro	705	1.722	1.619	2.563
Outubro	705	1.866	1.990	2.563
Novembro	809	2.097	2.203	2.993
Dezembro	634	1.730	1.828	2.216

Quadro 4: Hóspedes Nacionais e Estrangeiros no Amapá entre 1998 e 2001

Fonte : Departamento de Turismo do Amapá (<http://www.seplan.ap.gov.br>)

(15,8%), Fortaleza (8,5%), Recife (7,5%), Foz do Iguaçu (7,4%) e Búzios (6%). As cidades amazônicas não se expressam, ainda, com expressividade nas estatísticas turísticas.

No caso específico do Estado do Amapá, poucos são os dados recentes. As estatísticas disponíveis pelo Governo do Estado, entre 1998 e 2001, demonstram também um crescimento progressivo da atividade turística, conforme os dados apresentados no Quadro 4.

No entanto, a análise cautelosa dos dados informações existentes tendem a reafirmar que, a visita ao Estado, se dirige prioritariamente à viagem de negócios. O patrimônio natural não parece figurar ainda nas estatísticas como um atrativo significativo, conforme os dados apresentados no Quadro 5. A visita ao Estado é motivada basicamente por negócios, representações comerciais, circulação de funcionários federais e estaduais, parentes de residentes, e outros grupos para os quais não há ainda motivação turística ou ecoturística.

Quanto à faixa etária, a grande concentração de visitantes tem idade entre 26 e 40 anos, provavelmente representando a faixa ativa da população, engajada em negócios ou atividades profissionais diversas no Estado (Quadro 6).

MESES	Total	Até 25 anos	De 26 a 40 anos	De 41 a 55 anos	Mais de 55 anos
Total	26.778	4.236	13.604	6.598	2.330
Janeiro	1.617	195	883	463	76
Fevereiro	1.853	317	970	541	25
Março	1.771	168	738	626	239
Abril	2.045	196	1.185	575	89
Maio	2.396	286	1.583	379	148
Junho	1.444	300	685	396	63
Julho	2.682	448	1.431	584	219
Agosto	2.625	646	887	681	411
Setembro	2.563	421	1.232	590	320
Outubro	2.563	537	1.045	609	372
Novembro	2.993	420	1.611	703	259
Dezembro	2.226	302	1.354	451	109

Quadro 6 Hóspedes nacionais e estrangeiros registrados nos meios de hospedagem do Amapá segundo a faixa etária - 2001

Fonte: Ficha Nacional de Registro de Hóspedes (<http://www.seplan.ap.gov.br/>)

Meses	Total	Avião	Navio	Auto-móvel	Ônibus/Trem
Total	26.778	22.825	1.399	2.180	374
Janeiro	1.617	1.359	54	197	7
Fevereiro	1.863	1.623	17	218	5
Março	1.771	1.326	210	215	20
Abril	2.045	1.679	68	269	29
Maio	2.396	2.200	44	139	13
Junho	1.444	1.286	41	74	43
Julho	2.682	2.141	167	346	28
Agosto	2.625	2.179	279	157	10
Setembro	2.563	2.359	122	16	66
Outubro	2.563	2.031	245	206	81
Novembro	2.993	2.680	120	133	60
Dezembro	2.216	1.962	32	210	12

Quadro 7: Hóspedes nacionais e estrangeiros registrados nos meios de hospedagem do Amapá segundo o meio de Transporte - 2001

Fonte: Ficha Nacional de Registro de Hóspedes (<http://www.seplan.ap.gov.br/>)

Pensando o acesso ao Estado, este é feito prioritariamente por via aérea, o que confirma a origem distante dos viajantes que ali chegam, provavelmente por razões profissionais (Quadro 7).

Com relação à origem dos turistas/visitantes brasileiros, os principais estados emissores na região são o Pará e o próprio Amapá. Além destes, o Estado do Amazonas aparece também nas estatísticas, o que parece confirmar uma significativa circulação regional. (Quadro 8). Mas chamam a atenção as elevadas esta-

tísticas de procedência do Rio de Janeiro e, principalmente, São Paulo, o que parece confirmar a hipótese dos negócios como motivação central para o deslocamento em direção ao Amapá.

Com relação à origem dos turistas/visitantes estrangeiros (Quadro 9), a procedência dominante é exatamente dos franceses (de origem da Guiana francesa e do território central). Cabe lembrar ainda, que exis-

¹¹ Durante a pesquisa, o Comitê de Turismo da Guiana em Paris informou que estava em curso a elaboração de um relatório técnico sobre o turismo regional mas não foi possível o acesso a este documento.

Total	25.132
Amazonas	436
Pará	7.443
Amapá	2.262
Roraima	141
Bahia	387
Ceará	465
Maranhão	249
Pernambuco	255
Minas Gerais	457
Rio de Janeiro	3.419
São Paulo	6.596
Paraná	317
Distrito Federal	1.487
Goiás	302
Outros	

Quadro 8: Total de Visitantes brasileiros por Estado de Origem - 2001

Fonte: Departamento de Turismo (<http://www.seplan.ap.gov.br/>)

Guiana Francesa	1.152
França (território central)	228
Estados Unidos	45
Alemanha	17
Itália	14
Japão	32
Argentina	9
Suriname	4
Outros	145

Quadro 9 - Total de Visitantes Estrangeiros do Amapá por país de origem - 2001

Fonte: Departamento de Turismo (<http://www.seplan.ap.gov.br/>)

tem hoje vôos diretos e diários da Air France para Caiena e, algumas companhias regionais, de menor porte, já operam o circuito de cidades da Amazônia e do nordeste brasileiro diretamente à Caiena e vice versa. E algumas tour operadoras já tem em seu cardápio de ofertas, circuitos integrados entre o Brasil e a Guiana Francesa. Embora o fluxo entre os dois países já tenha caráter regular e sazonal estatísticas turísticas mais detalhadas são ainda incipientes¹¹.

O Estado não dispõe de infraestrutura turística significativa e os meios de hospedagem são insuficientes, em qualidade e quantidade

Ano	Agências de Turismo
1996	3
1997	2
1998	1
1999	1
2000	—
2001	3

Quadro 10: Agências de viagem instaladas com registro na empresa brasileira de turismo - EMBRATUR – 1996-2001

Fonte: Departamento de Turismo (<http://www.seplan.ap.gov.br>)

para atender à demanda atual e qualquer projeção futura. Não existe, no contexto atual, uma rede efetiva de agências de viagem especializada que possa dar suporte à visitação (Quadro 10). A pesquisa de campo indicou também que, embora as agências existam nas estatísticas, elas tem baixa capacidade operacional e de resposta, provavelmente em resposta a uma baixa demanda na maior parte do ano.

Na perspectiva do Governo do Estado do Amapá (2005), os parques apenas recentemente foram incorporados nos sites oficiais e nas estratégias de planejamento turístico. Mas o Estado os divulga num conjunto de atrações envolvendo, entre outras, a pororoca, o equinócio, o rio Amazonas, a Cachoeira Grande, a Cachoeira de Santo Antônio, a Vila de Curiaú (área quilombola), o Município de Oiapoque e seus diversos grupos e etnias indígenas (como os Galibi-Marwono, os Galibi do Oiapoque, Juminã).

Em 2002, o PROECOTUR (Programa de Ecoturismo da Amazônia) concluiu a Estratégia de Ecoturismo para o Estado do Amapá (MMA, 2002), com base na interpretação das informações disponíveis para o Estado. O Relatório Final sistematiza a estratégia para o Estado¹². A estratégia foi desenhada para uma abrangência de 15 municípios, entre os quais Calçoene, Laranjal do Jarí, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, e Serra do Navio. A estratégia proposta reconheceu e incluiu, portanto, os cinco municípios do PNMT e seu entorno nas prioridades deli-

nadas para o turismo no Estado, mas ela não é clara sobre os encaminhamentos futuros, a não ser pela proposta de fortalecimento da infraestrutura regional.

O relatório reafirma, também, a elevada potencialidade do Estado para o ecoturismo. Além da riqueza em recursos hídricos (Araguari, Jarí e Oiapoque e, principalmente o Amazonas e sua foz), a variedade de fisionomias vegetais e sua posição geográfica (atravessada pela linha do Equador), o colocam em evidência como potencialidade futura. É mencionada também no documento, a importância do complexo sistema de áreas protegidas, federais e estaduais, entre as quais, a Estação Ecológica Maracá-Jipioca, a Reserva Biológica do Lago Piratuba, a Estação Ecológica do Jarí, a Floresta Nacional do Amapá, a Reserva Extrativista do Rio Cajari, a Reserva Biológica do Parazinho, a Reserva Biológica da Fazendinha, a APA do Rio Curiaú, e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru, além dos parques nacionais Montanhas de Tumucumaque e Cabo Orange. Compõem também o conjunto as Reservas de Patrimônio Natural Seringal Triunfo, Ekinox, Lote Urbano, Retiro Boa Esperança e Retiro Paraíso. Assim, os PNMT e PNCO poderiam funcionar, no futuro, como áreas núcleo de ecoturismo numa perspectiva de circuitos integrados regionais, num mosaico complexo de áreas protegidas.

Segundo o relatório, o elevado grau de preservação da cultura local poderia também representar um dos pontos de maior interesse potencial para o turismo, como reflexo da miscigenação de hábitos e costumes ao longo da história, entre negros, indígenas e ribeirinhos, expressos na culinária, na língua, no artesanato e no modo de vida. Com este enfoque alguns atrativos poderiam ser potencializados e integrados ao roteiro ecoturístico, como a Comunidade Negra Quilombola de Curiaú, a Fortaleza de São João e o Trapiche

em Macapá, as minas abandonadas de manganês da Serra do Navio, além do artesanato e da culinária local. No entanto, o relatório pouco detalha ou discute a influência francesa e a importância histórica da área dos parques nacionais como um valor agregado e valorização local das estratégias regionais de turismo.

O relatório explicita claramente a limitação de infraestrutura turística, serviços e equipamentos como um problema emergencial a ser equacionado para o desenvolvimento do turismo no Estado. Na época dos levantamentos (2002), foram registrados 39 equipamentos de hospedagem e, um total de 1.621 leitos.¹³ A maioria, muito simples, com até 20 unidades habitacionais e administração familiar. Como equipamentos de alimentação, o relatório quantificou 133 com oferta bastante limitada. No setor de entretenimento, a maior parte das alternativas está concentrada em Macapá. Segundo o mesmo documento, a divulgação turística e, os serviços, em geral, são precários e, a maior parte está concentrada em Macapá. Da mesma forma, o Estado é pouco conhecido pelas agências de viagem nacionais e internacionais mas representa um produto que, em geral, desperta o interesse segundo a pesquisa realizada. O relatório propõe para o desenvolvimento do turismo no Estado uma estratégia dirigida especificamente para a observação de fauna, em função da base de recursos renováveis de grande diversidade e abrangência, um roteiro para o mercado externo e cinco roteiros para o mercado interno.

No entanto, para se pensar o turismo regional, fortemente centrado em sua potencialidade natural e cultural, é fundamental que se contextualize o contexto do país e o tema, no âmbito de políticas públicas em curso, também na esfera federal. Além do PROECOTUR e do ARPA (Programa Áreas Protegidas para a Amazônia, que tendem a apoiar estratégias regionais integradas de

¹² Criado em 1998, com uma superfície territorial de 143.453,7 km². e uma população de 457.843 habitantes em 2000 (IBGE, 2000), com crescimento populacional de 5,74% ao ano

¹³ Com maior concentração em Macapá, Santana e Oiapoque, a maioria, muito simples, com até 20 unidades habitacionais e administração familiar.

conservação da biodiversidade e uso sustentável de recursos renováveis, está em fase de conclusão a revisão das Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo (EMBRA-TUR/IBAMA, 1994)¹⁴ como resultado de um esforço conjunto entre os ministérios de Turismo e o de Meio Ambiente (MMA/Ministério do Turismo, 2004).¹⁵

Uma importante inovação da revisão das Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo, se refere à compreensão de que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, criado pela Lei 9985/2000 (BRASIL, 2000) representa um elemento central a ser inserido nas políticas de turismo. O documento identificou as seguintes estratégias para o planejamento do ecoturismo em âmbito nacional: a) Ordenamento, Normatização, Regulamentação e Monitoramento; b) Informação e Comunicação; c) Articulação; d) Envolvimento da Comunidade; e) Capacitação; f) Incentivos ao desenvolvimento do ecoturismo; g) Infraestrutura; h) Promoção e Comercialização e; i) Unidades de Conservação. Da mesma forma, encontra-se no Gabinete da Casa Civil para as providências jurídicas do Plano Nacional de Áreas Protegidas com um forte compromisso de articulação institucional, transversalidade e inclusão social. Assim, o ecoturismo no Estado do Amapá poderá se beneficiar, desde as etapas iniciais, de uma base de planejamento, também em articulação com as políticas do Governo Federal.

4. Turismo Sustentável: Uma discussão possível no caso amazônico?

O Brasil representa, no cenário e nas estatísticas internacionais, ainda um destino emergente, de impacto reduzido nas estatísticas globais. No entanto, o fenômeno turístico adquire um impacto progressivo na economia do país e se apresenta, no discurso político, como prioridade para a inclusão social e para valorização do patrimônio natural, numa nova perspectiva de desenvolvimento, que pretende sintonizar o crescimento econômico à conservação dos recursos renováveis e à redução das

desigualdades sociais. Esta concepção parece representar um esforço na direção da perspectiva global de sustentabilidade, cultivada a partir da Rio 92, e que teve influência direta na formulação do conceito de turismo sustentável e, inspirou a Agenda 21 do Turismo e do Código de Ética para o Turismo (IRVING, 2002 b).

Evidentemente que essa discussão ganha, gradualmente, os espaços das políticas públicas, mas a experiência em planejamento turístico tem demonstrado que, na verdade, existe uma enorme lacuna entre a teoria e a práxis e, as experiências consideradas bem sucedidas, tem abrangência ainda limitada e caráter experimental.

O planejamento turístico, de base sustentável, requer, por princípio, um compromisso ético, de respeito e engajamento de “quem está” e de “quem vem”, um intercâmbio real entre os sujeitos “que recebem” e os que “são recebidos” e, destes, com o ambiente no qual interagem. Sem esta interação harmoniosa, a troca de valores não se efetiva e o “espaço da interação” ganha contornos apenas circunstanciais.

Essa afirmação é ilustrada com maior alcance quando se discute o turismo na região amazônica, de grande impacto no imaginário coletivo mas submetida a restrições sócio econômicas e de acesso (em termos logísticos e operacionais) e de custo.

No caso amazônico, “quem está”, atrai o imaginário coletivo, mas está frequentemente excluído e distante de sua própria autonomia, no processo de tomada de decisão. E “quem vem” não parece ter ainda um rosto definido, e representa, portanto, um “sujeito oculto”, de motivações desconhecidas de uma realidade externa à região. Mas talvez chegue fascinado pelo exótico amazônico que não

sabe definir, mas que precisa reproduzir no seu cenário urbano, para preencher as lacunas de seu cotidiano, na materialização do “mito moderno da natureza intocada” (DIEGUES, 1996). Evidentemente que este turista, que busca a Amazônia distante como destino tem um perfil particular que precisa ser interpretado, no momento em que estratégias turísticas para a região são desenhadas e/ou discutidas. Mas em que medida esse “sujeito oculto”, em tese, ávido por experiências enriquecedoras e contato profundo com a natureza se diferencia dos “bandos” que invadem locais turísticos, e que deles se apropriam e se afastam, com a mesma falta de cerimônia em que chegaram?

Elouard (1998) lança uma interessante questão sobre esse tema que merece ser transposta para a reflexão em foco. O autor questiona se existe uma “arte de viajar”, que distingue o turista cultivado solitário ou em pequenos grupos “do aventureiro ávido de “bons planos” ou “daquele bando, de umas 50 cabeças”, que se beneficia de uma “super promoção”? Segundo Elouard (*op. cit.*) os “bandos” tendem a viajar, muito mais para confortar e reafirmar a opinião que tem de seu próprio mundo do que para apreciar um outro. Assim, estes “permanecem” no lugar de origem, cultivam seus valores e querem reproduzir os mesmos hábitos, apesar do deslocamento que empreendem. Por outro lado, aqueles que se dispõem a enfrentar condições imprevisíveis de viagem e alcançar a realidade distante como forma de encontro com a alteridade, podem ser importantes parceiros num processo de fortalecimento da identidade local. Um tema portanto essencial a ser investigado para o planejamento turístico local, se dirije ao perfil do turista (atual e proje-

¹⁴ O Plano Nacional de Turismo 2003/2007 é um instrumento essencial de políticas de turismo mas não será detalhado nesta análise, de caráter mais regional.

¹⁵ A atualização das Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo, que completou 10 anos em 2004, foi o resultado de um esforço interinstitucional e envolveu vários segmentos da sociedade civil, governo, setor privado, pesquisadores e profissionais de turismo. O trabalho foi coordenado pelo Grupo temático de Ecoturismo da Coordenação Geral de Segmentação, do Depto de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, do Ministério do Turismo, a partir de 5 oficinas, realizadas entre junho e novembro de 2004, em cinco regiões brasileiras, em parceria com o Programa Nacional de Ecoturismo, da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável-SDS do MMA. O processo envolveu 206 profissionais.

tado) numa projeção consistente de cenários.

Além dos altos custos envolvidos num deslocamento à Amazônia e às dificuldades evidentes de acesso, que restringem e selecionam o perfil do turista, existe alguma estratégia de planejamento que garanta que o turismo à Amazônia poderá se configurar como uma alternativa sustentável e diferenciada?

Sob essa ótica, é essencial que se entenda a atração da Amazônia conectada à leitura do exotismo tropical e da floresta virgem. Segundo Quella-Villéger (1998), o exotismo representa “a relação orientada do Ocidente na direção do resto do globo, a tensão do indivíduo face à heterogeneidade do mundo”. Assim, a Amazônia, para o turismo, tenderá a resignificar num cenário ainda distante, o mito moderno da natureza intocada, conforme a discussão de Diegues (1996).

Este parece ser o contexto de interpretação para os parques nacionais Montanhas de Tumucumaque e Cabo Orange, encravados numa região “ultraperiférica”, em “efervescência silenciosa”, para os quais o acesso é ainda limitado, mas que, ironicamente, situam-se em fronteira direta com a União Européia e se configuram como áreas protegidas estratégicas para a gestão da biodiversidade global.

Embora o turismo não seja ainda uma realidade na região, a base de recursos renováveis do Amapá (neles incluídos os parques nacionais Montanhas de Tumucumaque e Cabo Orange) constitui, evidentemente, uma forte inspiração para roteiros integrados futuros, de grande potencialidade para a região mas que poderá atrair mercados emissores de fora do país, prioritariamente europeus, numa conexão turística direta entre a Europa e a Amazônia.

Embora o desenvolvimento turístico na área dos parques e seu entorno possa se configurar ainda como uma hipótese surrealista ou uma ficção, ela precisa ser interpretada sob a ótica de território “em transe silencioso”, no qual será a cooperação com a Guiana francesa e com o Suriname para a gestão da biodiver-

sidade e o desenvolvimento regional (incluindo circuitos integrados de turismo), a médio e longo prazos, essencial para qualquer estratégia governamental.

Embora os parques se insiram na “ultraperiferia” amazônica (MASTEAU, 1997), o cenário regional indica transformações evidentes no processo de desenvolvimento, de impacto global, capazes de interferir na lógica de uso e ocupação do espaço de fronteira e, assim, na pressão sobre a base de recursos renováveis e, conseqüentemente, nos mecanismos de cooperação internacional.

Esse “transe silencioso” é lento e tende a escapar dos olhares desatentos das distantes metrópoles e centros de decisão, o que torna a região ainda mais interessante como “laboratório” para a gestão da biodiversidade e o desenvolvimento regional em área de fronteira, uma vez que os mecanismos para a proteção da natureza e inclusão social podem ser, em tese, discutidos e aprimorados anteriormente à pressão das atividades humanas, que tende a ser crescente, pelo cenário observado. (IRVING, 2005).

Ainda são incipientes as discussões no sentido de estratégias de cooperação internacional com os países vizinhos e o turismo ainda se constitui em tema periférico em qualquer fórum oficial. Nesse quadro, não menos flagrante é o distanciamento ainda evidente da pesquisa e das políticas públicas dirigidas à conservação da biodiversidade e o desenvolvimento entre os governos brasileiro francês e, destes com o Suriname e a Guiana, ainda que a realidade socioeconômica e os ecossistemas extrapolem as fronteiras políticas.

No plano regional, a criação do Parque Nacional do Sul da Guiana, em discussão há aproximadamente 10 anos¹⁶ e, prevista para 2006 (NAVET, 1998; CHARLES-DOMINIQUE, 1998; FLEURY, 1998; LEPÊTRE,

1998; PREFECTURE DE LA RÉGION GUYANE, 2003), em território contíguo ao PNMT (confirmada, em discurso oficial do Presidente Jacques Chirac, em Janeiro de 2005¹⁷), pode representar um impulso nas estratégias regionais para a gestão da biodiversidade e, conseqüentemente para a cooperação Brasil-França.

Não é possível também desconsiderar o diálogo direto entre o Estado do Amapá e o Governo Regional da Guiana francesa. Alguns projetos ocupam a pauta central de discussões e estão em real processo de negociação e implementação, entre estes, a pavimentação integral do sistema viário que estabelece a ligação entre Caiena e Macapá e, a construção da ponte entre Saint Georges e Oiapoque, interligando diretamente Brasil e Guiana Francesa. Em curso, encontra-se também a negociação do Governo do Estado com a rede internacional de hotéis Accor¹⁸, para a construção de um hotel de alto nível em Macapá, até 2006/2007, o que poderá favorecer a base para circuitos turísticos regionais, envolvendo diretamente Caiena, Macapá e Belém e, num segundo plano, Manaus e as Antilhas. Este processo poderá ter ainda maior alcance com o fortalecimento progressivo da Base Aeroespacial de Kourou, num cenário de aumento demográfico progressivo e, o evidente crescimento da visitação turística e/ou de negócios, em ambos os lados da fronteira (MASTEAU, *op. cit.* e GOVERNO DO AMAPÁ, 2004).

Os parques nacionais de fronteira do Amapá representam a memória histórica de um “território em transe”, de elevada importância ecológica e geoestratégica.

Na perspectiva francesa, Barbault (1998) propõe uma ação e uma abertura para a cooperação com os países vizinhos, em especial o Brasil, para a pesquisa e a política de formação de recursos humanos, num contexto amazônico global. O autor sugere também que o futuro Parque

¹⁶ Esse debate ilustra uma polêmica central no debate amazônico, que considera o confronto entre as perspectivas ecocêntrica e antropocêntrica na leitura da natureza.

¹⁷ Discurso proferido na Conferência Internacional sobre Biodiversidade, Ciência e Governança (UNESCO) em Paris em 24 de janeiro de 2005.

¹⁸ Informação obtida em conversa com Alberto Gois em novembro de 2004.

Nacional do Sul da Guiana funcione como inspiração para uma Reserva de Biosfera, o que viabilizaria a proteção da natureza e o uso sustentável dos recursos renováveis. Uma Reserva de Biosfera transfronteiriça, poderia ter como núcleos o Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque e o futuro Parque Nacional do Sul da Guiana e, envolver os demais espaços protegidos da região, num exercício efetivo de cooperação binacional.

No entanto, qualquer política de cooperação regional deve considerar o Tratado de Cooperação Amazônica¹⁹, conforme também discutido por Brackelaire (1998) que advoga uma maior inserção da Guiana no processo.²⁰ Segundo o autor, a temática de conservação e gestão da biodiversidade da Guiana se insere num contexto regional muito mais amplo, no qual intervêm oito países amazônicos, vizinhos diretos ou indiretos da Guiana Francesa, sendo o principal parceiro o Brasil, com fronteira comum de 655 km. Vale lembrar que o Brasil é o país com maior extensão de fronteira direta com a França.

Não menos significativo é o momento político-institucional atual, em que França e Brasil se mobilizam para operacionalizar as suas políticas de biodiversidade e suas estratégias globais para a gestão dos espaços protegidos, sendo que ambas as políticas se sustentam na lógica da gestão da biodiversidade com o enfoque de desenvolvimento regional e uso sustentável dos recursos renováveis. (IFB, 2003 a e 2003 b; BRASIL, 2000 a e b; BRASIL, 2002; IRVING, 2004 e MMA, 2004 b e c). Para os dois países, a oportunidade de intercâmbio cultural, de produção científica conjunta, de inovação, de conhecimento compartilhado e de construção de um novo modelo de cooperação internacional, baseado no princípio de solidariedade entre países, baseado numa perspectiva ética de desenvolvimento.

Nesse movimento possível, em busca da cooperação Brasil-França, alguns avanços político-institucionais estão em curso. Além de uma base legal formal e histórica entre os

dois países²¹, para a área temática de gestão da biodiversidade e desenvolvimento sustentável, foi assinado entre o Ministério de Meio Ambiente do Brasil e o Ministério de Ecologia e do Desenvolvimento Sustentável da França um Memorando de Entendimento, em outubro de 2004 (MMA, 2004 c) buscando, entre outros objetivos, cooperar em projetos ambientais e de desenvolvimento sustentável ajustados às demandas e prioridades políticas de meio ambiente dos dois países e, em especial, na região de fronteira Guiana francesa/Amapá, no sentido de fortalecimento das ações de cooperação regional.

Como desdobramentos deste Memorando de Entendimento, foram realizadas reuniões oficiais entre os dois países em Brasília (abril de 2005), Macapá (Novembro de 2005) e Caiena (dezembro de 2005), que geraram como resultado as bases de um Plano de Ação, em quatro temas prioritários: Articulação político-institucional, fiscalização, pesquisa e desenvolvimento local. Com relação ao desenvolvimento local, encontra-se em fase de elaboração um projeto conjunto de desenvolvimento turístico entre o Parque Natural Regional da Guiana francesa e o Parque Nacional do Cabo Orange como primeira iniciativa com este objetivo.

No entanto, o turismo regional só poderá ser competitivo, no plano internacional e, inclusivo, no cenário local, se estiver associado a um diferencial de qualidade social e ambiental, tendo como marca a cooperação Brasil-França e toda a sua significação cultural e identitária no contexto amazônico. Sem este resgate e a percepção do valor geoestratégico regional, o desenvolvimento turístico tenderá a reproduzir os modelos do exotismo tropical, nos quais os compromissos de inclusão social estão no discurso mas raramente se materializam na prática.

Nesta perspectiva, o valor agregado em planejamento se expressa pelo fato de que a potencialidade turística da região não responde ainda a investimentos em infraestrutura de curto prazo, e tende a se consolidar como alternativa de desenvolvimento apenas a médio e longo prazos, o que poderá contribuir para a possibilidade de capacitação local e estratégias diversificadas de desenvolvimento local, nas quais o turismo representa apenas uma das possibilidades.

Neste cenário real entre o surrealismo e a invenção, o turismo emerge como potencialidade futura, numa nova perspectiva de integração regional com base na valorização de patrimônio natural e cultural, e como mecanismos possível de construção de cidadania global.

Referências

- BARBAULT, R. 1998. Conserver et gérer la biodiversité en Guyane : Quelle stratégie pour la recherche ? JATBA, *Revue d'Ethnobiologie*, vol 40 (1-2) : 207-217.
- BECKER, B. 2005. *Amazonia : geopolítica na virada do milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- BRACKELAIRE, V. 1998. Dynamiques amazoniennes autour de la Guyane. *Revue d'Ethnobiologie*, vol 40 (1-2) : 635-646.
- BRASIL. 2000 a. Lei 9985, que regulamenta o art. 225, Parágrafo 1º, Incisos I,II,III e IV da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências. Brasília.
- BRASIL. 2000 b. Decreto 4.340, que regulamenta artigos da Lei no. 9.985, que dispõe sobre o Sistema de Unidades de Conservação e dá outras providências. Brasília.
- BRASIL. 2002. Decreto No. 4.339, que institui princípios e diretrizes para implementação da Política Nacional de Biodiversidade, Brasília.

¹⁹ Tratado estabelecido em 1978, envolvendo oito países amazônicos, tendo como um dos seus princípios a afirmação e a defesa da soberania de cada um dos países membros para a gestão e uso dos recursos naturais, neles compreendida a floresta amazônica.

²⁰ Apenas recentemente está em discussão o status da França como país observador no Tratado de Cooperação Amazônico.

²¹ Esse quadro legal e institucional é bastante consistente e já data de mais de 35 anos, a partir do Decreto No. 63.404 de 10 de outubro de 1968 que promulga o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica com a França, apoiado no Acordo Quadro de 28 de maio de 1996.

- CHARLES-DOMINIQUE, P. 1998. Parcs, reserves et structures de protection de l'environnement en Guyane Française, le point de vue d'un ecologue. *Revue d'Ethnobiologie*, vol 40 (1-2) : 523-531.
- EMBRATUR/IBAMA. 1994. *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*, Brasília, EMBRATUR/IBAMA.
- DIEGUES, A. C. 1996. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec.
- DORATIOTTO, F. F. M. 2003. Rio Branco e a consolidação da Amazônia brasileira: a questão do Amapá In: SARNEY, J.; MOURÃO, G.M.; DORATIOTTO, F.; COELHO, M.C. & CORRÊA, L. F.S.(Orgs.) *Rio Branco e a Questão de Fronteiras com a Guiana Francesa*. Brasília: Senado Federal/Ministério das Relações Exteriores.
- ELOUARD, D. 1998. Culture em poche. In: Franck MICHEL (Ed.). *Tourismes, touristes, sociétés*. L'Harmattan, Paris, p. 19- 24.
- FLEURY, M. 1998. Les populations du Haut Maroni et le projet de Parc national de la Guyane. *Revue d'Ethnobiologie*, vol 40 (1-2) : 577- 610.
- GALLOIS, D.T. & GRUPIONI, D.F. 2003. *Povos Indígenas no Amapá e Norte do Pará*. Iepê.
- GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. 2004. Disponível em <http://www.amapa.net> (Acesso em 30/3/2005).
- GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. 2005 Disponível em <http://www.amapa.net> (Acesso em 20/2/ 2005)
- IBAMA, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. 2004. Disponível em <http://www.ibama.gov.org>. (Acesso em 20/12/2004)
- IBAMA, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. 2005. Disponível em <http://www.ibama.gov.org>. (Acesso em 20/09/2005)
- IFB. 2003a. *Stratégie Nationale de recherche pour la biodiversité : Au service du développement durable*, Paris : IFB.
- IFB. 2003b. *Des espaces protégés pour concilier conservation de la biodiversité et développement durable*, Paris : IFB.
- IRVING, M.A. 2002 a. Refletindo sobre o ecoturismo em áreas protegidas: tendências no contexto brasileiro. In : IRVING, M. A e AZEVEDO, J. (Orgs.). *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura , 2002.
- IRVING, M.A. 2002 b. Turismo, ética e educação ambiental. In : IRVING, M. A e AZEVEDO, J. (Orgs.). *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002.
- IRVING, M.A. 2004. Gestion de la Biodiversité et intégration sociale au Brésil: Vers une coopération franco-brésilienne pour la recherche. *Du sujet: Théorie et praxis/Groupe de Réflexion en Sciences de la cognition*. Paris: Fondation Maison des Sciences de l'Homme, 2004: 91-97.
- IRVING, M. A. 2005. Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque (Brasil): "Ultraperiferia" ou "Laboratório" para a cooperação Internacional nos espaços amazônicos de fronteira? *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Ano VI, N. 10, juillet 2004, p. 26-37.
- LEPÊTRE, L. Les amériindiens wayana et la mise en place du Parc national de la Guyane. *Revue d'Ethnobiologie*, 1998, vol 40 (1-2) : 559-576.
- MASTEAU, A. 1997. *La frontière franco-brésilienne de l'Oyapok-Guyane : essai de géographie culturelle et politique*. Paris: Université de Paris III (Sorbonne Nouvelle). Tese (Doutorado).
- MMA, Ministério do Meio Ambiente. 2002. *Estratégia de Ecoturismo para o Estado do Amapá (Relatório-Síntese)*, Brasília (mimeo).
- MMA. Ministério do Meio Ambiente. 2004a. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/novidad.html>. (Acesso em 20/08/2004).
- MMA, Ministério do Meio Ambiente. 2004b. Protocolo de Intenções para Implementação do Programa de Trabalho para Áreas Protegidas no Brasil no âmbito da Convenção da Diversidade Biológica, Brasília.
- MMA, Ministério do Meio Ambiente. 2004c. Memorando de Entendimento entre a Ministra do Meio Ambiente da República do Brasil e o Ministro da Ecologia e do Desenvolvimento Sustentável da França sobre Cooperação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Caiena.
- Ministério do Turismo/Instituto Brasileiro de Turismo/Diretoria de Estudos e Pesquisas, 2004. Anuário Estatístico da Embratur 2004 a. Brasília: Ministério do Turismo/Instituto Brasileiro de Turismo/Diretoria de Estudos e Pesquisas, 2004, v.31, 180p. Dados de 2003.
- MMA. Ministério do Meio Ambiente/Ministério do Turismo. 2004. Relatório Final das Oficinas "Diálogos para as Diretrizes de Ecoturismo"- Regiões: Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sul e Sudeste, (versão preliminar).
- NAVET, E.1998. Le parc de la forêt tropicale guyanaise : espace de vie ou dernier avatar de colonialisme ? *Revue d'Ethnobiologie*, vol 40 (1-2) : 329-374.
- PREFECTURE DE LA RÉGION GUYANE. 2003. Compte-rendu du Comité de Pilotage de la Mission pour la création du Parc de la Guyane. Cayene.
- QUELLA-VILLEGGER, A. 1998. Du nil exotique au "nihil" touristique. In: Franck MICHEL (ED). *Tourismes, touristes, sociétés*. L'Harmattan, Paris, p. 19- 24.
- SARNEY, J. ; MOURÃO, G.M.; DORATIOTTO, F. ; COELHO, M.C. & CORRÊA, L. F.S. 2003. *Rio Branco e a Questão de Fronteiras com a Guiana Francesa*. Brasília: Senado Federal/Ministério das Relações Exteriores.



Departamento de Ciências Sociais Aplicadas
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano

Área de concentração

- A dimensão Regional do Desenvolvimento
- Administração do Desenvolvimento